

**Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de
Debêntures da Acesita S.A.**

Este aditivo é firmado pelas seguintes partes:

1. Acesita S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 580, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas sob nº 33.390.170/0001-89, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora").

2. Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando a comunhão de debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário").

CONSIDERANDO QUE as partes celebraram em 25 de outubro de 2002 o Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis, Simples da Espécie Quirografia, em Série Única, da Acesita S.A. (a "Escritura Aditada");

CONSIDERANDO QUE em 7 de novembro de 2002 o Conselho de Administração da Emissora (i) alterou a espécie das debêntures da 5ª emissão da Emissora de quirografia para subordinada; (ii) cancelou a adoção do processo de *bookbuilding* para a determinação da taxa de juros remuneratórios; (iii) determinou a taxa de juros remuneratórios em 12% (doze inteiros por cento) ao ano e (iv) alterou o procedimento de distribuição pública das debêntures;

RESOLVEM celebrar o presente "Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures da Acesita S.A." (a "Escritura"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. Tendo em vista a alteração do procedimento de distribuição pública das debêntures, as cláusulas 3.5, 3.15 da Escritura Aditada passam a vigorar com as seguintes redações, respectivamente:

"3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública pelo Coordenador, sob o regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM 13 de 30/09/1980. A colocação pública das Debêntures está condicionada à colocação mínima de 40.000 (quarenta mil) Debêntures. Dessa forma, os boletins de subscrição só poderão ser assinados pelos investidores após a obtenção de compromissos de subscrição de 40.000 (quarenta mil) Debêntures. Os compromissos de subscrição serão formalizados por meio de pedidos de reserva. Tanto os pedidos de reserva quanto os boletins de subscrição deverão ser formalizados antes do encerramento do período de distribuição das Debêntures. Não haverá fixação de lotes máximos ou mínimos e não será constituído fundo de manutenção de liquidez para as Debêntures. Serão atendidos preferencialmente, em ordem cronológica, os clientes do Coordenador e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores

mobiliários e devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, subcontratadas pelo Coordenador.”

“3.15 Prazo e Preço de Subscrição e Forma de Integralização. Após o deferimento do pedido de registro na CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a formalização de pedidos de reserva de, no mínimo, 40.000 (quarenta mil) Debêntures, as Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até seis meses a contar da data do registro de distribuição pública concedido pela CVM. A subscrição será efetuada unicamente por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas à vista e em moeda corrente nacional, na data de subscrição, pelo seu Valor Nominal devidamente acrescido da Remuneração a que fizerem jus, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição. As Debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição pública deverão ser obrigatoriamente canceladas.”

2. Tendo em vista a alteração da espécie das debêntures de quirografia para subordinada, a cláusula 3.12 da Escritura Aditada passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.12 Forma, Conversibilidade e Espécie. As Debêntures serão nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações e da espécie subordinada.”

3. Tendo em vista a definição, pelo Conselho de Administração da Emissora, da taxa de juros remuneratórios de 12% (doze inteiros por cento), a cláusula 3.13.2 e a definição de “taxa” constante da cláusula 3.13.2.2 da Escritura Aditada passam a vigorar, respectivamente, com as seguintes redações:

“3.13.2 Juros Remuneratórios. Os juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios”) incidirão sobre o Valor Nominal atualizado e, para o Primeiro Período de Remuneração (conforme definido abaixo), serão de 12% (doze inteiros por cento) ao ano, calculados de forma *pro rata temporis*, por dias úteis.”

“3.13.2.2 (...) ”

onde: (...) ”

taxa = taxa de Juros Remuneratórios de 12% (doze inteiros por cento) ao ano; válida para o Primeiro Período de Remuneração.”

4. Com o intuito de deixar claro que a data da primeira repactuação e do pagamento da remuneração durante o primeiro período de remuneração, as cláusulas 3.13, 3.13.3 e 3.16 da Escritura Aditada passam a vigorar com as seguintes redações, respectivamente:

“3.13 Remuneração. Durante o Primeiro Período de Remuneração compreendido entre a Data de Emissão até a data da primeira repactuação das debêntures, em 01 de dezembro de 2004, permanecerão inalteradas as seguintes condições de remuneração definidas nas Cláusulas 3.13.1; 3.13.2 e 3.13.3.”

“3.13.3 Pagamento da Remuneração. Os Juros Remuneratórios e a Atualização Monetária, para o Primeiro Período de Remuneração, serão pagos anualmente, ou seja em 01 de dezembro de 2003 e 01 de dezembro de 2004, observadas as condições, deliberadas pela AGE, relativas a local de pagamento e prorrogação de prazos. A Atualização Monetária prevista na Cláusula 3.13.1, se houver, será .. também paga quando (i) da aquisição facultativa; (ii) do resgate facultativo .. antecipado; (iii) do resgate obrigatório por ocasião da não-repactuação; (iv) do Vencimento Antecipado das Debêntures; e (v) da extinção da Atualização Monetária, se houver, quando da definição de novas condições de Remuneração para os demais Períodos de Remuneração.”

“3.16 Repactuação. Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições da repactuação das Debêntures, para o período posterior a 01 de dezembro de 2004, aprovando o novo Período de Remuneração e as condições da Remuneração a ser paga, bem como a época de seu pagamento.”

5. Com o intuito de esclarecer o procedimento de resgate antecipado facultativo, a cláusula 3.23 da Escritura Aditada passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.23 Resgate Antecipado Facultativo: Ao final do prazo de dois anos da data da emissão, em 01 de dezembro de 2004, e somente nesta data, as Debêntures poderão ser resgatadas, total ou parcialmente, com pagamento do seu Valor Nominal acrescido da Remuneração prevista nas Cláusulas 3.13.1 e 3.13.2 a que fizerem jus. O resgate dependerá de decisão do Conselho de Administração da Emissora, e aviso prévio de 15 (quinze) dias úteis. No caso de resgate parcial, o sorteio deverá ser coordenado pelo Agente Fiduciário. Nessa hipótese, a Emissora deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das Debêntures do sistema. As Debêntures resgatadas deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.”

6. A não ser pelas cláusulas mencionadas acima e por eventuais adequações de outras cláusulas às modificações ora realizadas, todas elas consignadas abaixo, ficam inalteradas as demais cláusulas e condições da Escritura Aditada, passando, após a celebração deste instrumento, a se reger, de forma consolidada, pelas seguintes cláusulas e condições, prevalecendo sobre todo e qualquer contrato firmado pelas Partes em data anterior a esta Escritura:

“Cláusula Primeira Autorização

1.1 AGE. A celebração desta Escritura foi autorizada pela assembléia geral extraordinária da Emissora, realizada em 21 de outubro de 2002 (“AGE”). Foram ainda delegados poderes ao Conselho de Administração para eventualmente deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº6.404/76, ou alterar qualquer dessas condições caso tenham sido objeto de deliberação da AGE ou, ainda, alterar qualquer das condições deliberadas pela AGE que não sejam de competência exclusiva da assembléia geral de acionistas.

Cláusula Segunda

Requisitos

2.1 Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária. A Ata da AGE que deliberou sobre a presente emissão (“Emissão”) será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicada conforme o disposto na Cláusula 3.11.

2.2 Registro da Escritura. Esta Escritura será inscrita na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

2.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários. As debêntures de que trata esta Escritura (“Debêntures”) serão distribuídas ao público (“Distribuição Pública”). A Distribuição Pública será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4 Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”). A Emissão será registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID de 16/01/2002, para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.

2.5 Registro da Negociação. As Debêntures terão registro para negociação (i) no mercado primário junto ao SDT – Sistema de Distribuição de Títulos e (ii) no mercado secundário junto ao SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), ambos os sistemas administrados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”).

Cláusula Terceira

Características da Emissão e das Debêntures

3.1 Objeto Social da Emissora. A transformação e comercialização de produtos metalúrgicos especiais, a exploração agro-industrial, a mineração e a prestação de serviços técnicos ligados ao seu campo de atividades.

3.2 Número da Emissão. A presente Escritura constitui a 5ª emissão de Debêntures da Emissora.

3.3 Montante da Emissão. O montante da presente Emissão é de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) na data de emissão.

3.4 Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados ao alongamento do perfil e redução do custo do passivo da Emissora, bem como à diminuição da exposição do endividamento da Emissora ao dólar e para a complementação da necessidade de capital de giro da Emissora que foi incrementado pela elevação do prazo médio de recebimento de sua carteira de vendas, resultante da expansão das exportações da Emissora.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública pelo Coordenador, sob o regime de melhores esforços, com

intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM 13 de 30/09/1980. A colocação pública das Debêntures está condicionada à colocação mínima de 40.000 (quarenta mil) Debêntures. Dessa forma, os boletins de subscrição só poderão ser assinados pelos investidores, após a obtenção de compromissos de subscrição de 40.000 (quarenta mil) Debêntures. Os compromissos de subscrição serão formalizados por meio de pedidos de reserva. Tanto os pedidos de reserva quanto os boletins de subscrição deverão ser formalizados antes do encerramento do período de distribuição das Debêntures. Não haverá fixação de lotes máximos ou mínimos e não será constituído fundo de manutenção de liquidez para as Debêntures. Serão atendidos preferencialmente, em ordem cronológica, os clientes do Coordenador e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, sub contratadas pelo Coordenador.

3.6 Direito de preferência. Não haverá direito de preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos acionistas da Emissora.

3.7 Certificados de Debêntures. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures ou pelo "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

3.8 Banco Mandatário e Escriturador. O banco mandatário e escriturador das Debêntures será o Banco Itaú S.A.

3.9 Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento. Para todos os efeitos legais, a data de emissão ("Data de Emissão") das Debêntures será 01 de dezembro de 2.002 e a data de vencimento ("Data de Vencimento") será 01 de dezembro de 2006.

3.10 Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures não conversíveis em ações, simples da Emissora, em série única.

3.11 Valor Nominal. O valor nominal unitário ("Valor Nominal") das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3.12 Forma, Conversibilidade e Espécie. As Debêntures serão nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações e da espécie subordinada.

3.13 Remuneração. Durante o Primeiro Período de Remuneração compreendido entre a Data de Emissão até a data da primeira repactuação das debêntures, em 01 de dezembro de 2004, permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nas Cláusulas 3.13.1; 3.13.2 e 3.13.3.

3.13.1 Atualização Monetária. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado monetariamente ("Atualização Monetária") pela variação do IGP-M -- Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, calculado *pro rata temporis*, por dias úteis segundo a seguinte fórmula:

$$AM = VNe \times (C-1)$$

$$VNa = VNe \times C.$$

onde:

AM = Atualização Monetária

VNa = Valor Nominal unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal unitário, na Data de Emissão;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left[\left(\frac{NI_1}{NI_0} \right)^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left(\frac{NI_2}{NI_1} \right)^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left(\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right)^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right]$$

onde:

NI₀: valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁: valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂: valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n: valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{n-1}: valor do número-índice do mês anterior ao mês "n";

dup: número de dias úteis da data-base anterior até a data de atualização;

dut: número de dias úteis contidos entre a data-base anterior e a próxima data-base.

mês de início de atualização: no Primeiro Período de Remuneração será o mês de dezembro de 2002, para a apuração do pagamento da Atualização Monetária devida em 01 de dezembro de 2003, e será o mês de dezembro de 2003, para a apuração do pagamento da Atualização Monetária devida em 01 de dezembro de 2004.

3.13.1.1. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do IGP-M.

3.13.1.2. Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures em questão.

3.13.1.3. Considera-se data de aniversário o dia da data correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

3.13.1.4. Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

3.13.1.5. O IGP-M deverá ser utilizado considerando ~~idêntico número~~ de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

3.13.1.6. A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

3.13.1.7. No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última variação disponível do IGP-M, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não cabendo porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas.

3.13.1.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 10 (dez) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura, a última variação percentual divulgada para o índice.

3.13.1.9. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização Monetária a ser utilizado, conforme item acima, entre os debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembléia geral de debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Atualização Monetária aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste item, será utilizada a última variação divulgada do IGP-M.

3.13.2. Juros Remuneratórios. Os juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios”) incidirão sobre o Valor Nominal atualizado e, para o Primeiro Período de Remuneração (conforme definido abaixo), serão de 12% (doze inteiros por cento) ao ano, calculados de forma *pro rata temporis*, por dias úteis.

3.13.2.1. Primeiro Período de Remuneração. O primeiro período de remuneração terá início na Data de Emissão encerrando-se em 1º de dezembro de 2004 (“Primeiro Período de Remuneração”).

X

3.13.2.2 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá às seguintes fórmulas:

$$J = VNa \times FJ$$

JUROS

$$FJ = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 3.13.1, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

FJ = fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

taxa = taxa de Juros Remuneratórios de 12% (doze inteiros por cento) ao ano, válida para o Primeiro Período de Remuneração;

N = 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão e a primeira data de pagamento de Juros Remuneratórios, ou número de dias úteis entre as datas de pagamento de juros.

Período de Capitalização = intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro período de capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e termina na data prevista do pagamento da remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.13.3 Pagamento da Remuneração. Os Juros Remuneratórios e a Atualização Monetária, para o Primeiro Período de Remuneração, serão pagos anualmente, ou seja em 01 de dezembro de 2003 e 01 de dezembro de 2004, observadas as condições, deliberadas pela AGE, relativas a local de pagamento e prorrogação de prazos. A Atualização Monetária prevista na Cláusula 3.13.1, se houver, será também paga quando (i) da aquisição facultativa; (ii) do resgate facultativo antecipado; (iii) do resgate obrigatório por ocasião da não-repactuação; (iv) do Vencimento Antecipado das Debêntures; e (v) da extinção da Atualização Monetária, se houver, quando da definição de novas condições de Remuneração para os demais Períodos de Remuneração.

3.14 Amortização Final. As Debêntures terão seu Valor Nominal amortizado na Data de Vencimento.

✓

2

3.15 Prazo e Preço de Subscrição e Forma de Integralização. Após o deferimento do pedido de registro na CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a formalização de pedidos de reserva de, no mínimo, 40.000 (quarenta mil) Debêntures, as Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até seis meses a contar da data do registro de distribuição pública concedido pela CVM. A subscrição será efetuada unicamente por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas à vista e em moeda corrente nacional, na data de subscrição, pelo seu Valor Nominal devidamente acrescido da Remuneração a que fizerem jus, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição. As Debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição pública deverão ser obrigatoriamente canceladas.

3.16 Repactuação. Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições da repactuação das Debêntures, para o período posterior a 01 de dezembro de 2004, aprovando o novo Período de Remuneração e as condições da Remuneração a ser paga, bem como a época de seu pagamento.

3.16.1. As deliberações do Conselho de Administração da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação de “Aviso aos Debenturistas”, até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo Período de Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) as condições de Remuneração, a vigor durante o próximo Período de Remuneração;
- c) as datas de pagamento da Remuneração do próximo Período de Remuneração;
- d) a data limite e o local em que os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora para o novo Período de Remuneração deverão manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures.

3.16.2 Os debenturistas que não concordarem com as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação do “Aviso aos Debenturistas”, efetuado na forma estabelecida pela Cláusula 3.18, para manifestar junto ao CETIP ou à Emissora (em sua sede social ou em local informado pela Emissora), sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora.

3.16.3 A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures decorrentes da Emissão na data de encerramento de cada Período de Remuneração, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo Valor Nominal da Debênture, acrescido de Atualização Monetária, se houver, e Juros Remuneratórios, definidos para o Período de Remuneração vencido, calculados desde a Data de Emissão, ou do último pagamento de Remuneração, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

3.16.4 As Debêntures adquiridas pela Emissora, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

3.17 Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Desde que não haja impontualidade no pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas, e não comparecimento do debenturista, nas datas previstas nesta Escritura, para recebimento do valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer quantia relacionada ao atraso nesse recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.18 Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

3.19 Encargos Moratórios. Caso a Emissora deixe de efetuar o pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, na data devida, a Emissora deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago, além da Remuneração prevista na Cláusula 3.13, multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e juros moratórios incidentes à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês) sobre o montante devido, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, calculadas desde a data de descumprimento até a data de efetivo pagamento, sem prejuízo do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

3.20 Local do Pagamento. Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, Remuneração e encargos moratórios a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP para as Debêntures registradas no SND, ou por meio de instituição financeira contratada pela Emissora para esse fim ou, ainda, na sede da Emissora, na hipótese de o debenturista não estar vinculado àquele sistema.

3.20.1 Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

3.21 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na capital dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sem nenhum acréscimo a qualquer título nos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos os pagamentos devam ser realizados através do CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.22 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures desta Emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração prevista nas Cláusulas 3.13.1 e 3.13.2, observado o disposto no Artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Nessa hipótese, as Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado.

3.23 Resgate Antecipado Facultativo: Ao final do prazo de dois anos da data da emissão, em 01 de dezembro de 2004, e somente nesta data, as Debêntures poderão ser resgatadas, total ou parcialmente, com pagamento do seu Valor Nominal acrescido da Remuneração prevista nas Cláusulas 3.13.1 e 3.13.2 a que fizerem jus. O resgate dependerá de decisão do Conselho de Administração da Emissora, e aviso prévio de 15 (quinze) dias úteis. No caso de resgate parcial, o sorteio deverá ser coordenado pelo Agente Fiduciário. Nessa hipótese, a Emissora deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das Debêntures do sistema. As Debêntures resgatadas deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

3.24 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor, acrescido da Remuneração prevista na Cláusula 3.13 até a data do seu efetivo pagamento e de encargos moratórios na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora;
- b) pedido de concordata preventiva ou auto-falência formulado pela Emissora;
- c) pedido judicial de falência, não sanado pela Emissora em 30 (trinta) dias do pedido;
- d) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- e) falta de pagamento pela Emissora de qualquer obrigação decorrentes da Escritura;
- f) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não incluída na letra 'e' acima e prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; e
- g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures.

3.24.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos itens (b), (c), (d) ou (e) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos itens (a), (f) ou (g) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for constatada sua ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

ACESITA S.A.

3.24.2. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento dos valores devidos aos debenturistas em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada.

3.25 Notificações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Acesita S.A.

Avenida João Pinheiro, 580

30.130-180 Belo Horizonte – MG

At.: Sr. Gilberto Audelino Correa

Telefone: (31) 3235-4268

Fac-símile: (31) 3235-4300

E-mail: ri@acesita.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro, 99 – 16º andar

20050-005 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha/Sr. Rinaldo Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fac-símile: (21) 2507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Itáúsa

São Paulo - SP

At.: Superintendência de Serviços de Ações e Debêntures

Telefone: (11) 3247-1906

Fac-símile (11) 3247-1917

3.25.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. Cada parte deverá comunicar a outra a mudança de seu endereço.

Cláusula Quarta

Obrigações Adicionais da Emissora

4.1 A Emissora obriga-se adicionalmente a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:



a) após o término de cada exercício social, e respeitados os prazos legalmente estabelecidos, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes da respectiva solicitação;

b) após o término de cada trimestre, e respeitados os prazos legalmente estabelecidos, cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais;

c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202 de 6/12/1993, respeitados os prazos legalmente estabelecidos, bem como cópia de qualquer outra demonstração financeira, documento ou relatório arquivado junto à CVM;

d) com a maior brevidade possível, e desde que solicitado de forma fundamentada pelo Agente Fiduciário, qualquer informação relacionada diretamente com a presente Emissão; e

e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 3.24 (Vencimento Antecipado) acima, na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência ou que deveria tomar ciência de sua ocorrência, informações estas que deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência.

(ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(iv) convocar, nos termos da Cláusula 6.2 desta Escritura, assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

(v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;

(vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 202 de 6/12/1993, e fornecer aos debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

(viii) estruturar e manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço.

[Assinatura]

(ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(x) tomar todas as medidas necessárias para (a) manter todos seus direitos (e de suas subsidiárias), títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias na forma como hoje são conduzidos, (b) manter seus bens (e bens de suas subsidiárias) utilizados na condução de seus negócios (e na condução dos negócios de suas subsidiárias) em boas condições, (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras (e as obrigações de suas subsidiárias), exceto se o não-cumprimento das obrigações previstas em (a), (b) e (c) desta Sub-Clausula (x) não acarretar um efeito material adverso para a Emissora ou um efeito material adverso nos direitos dos debenturistas;

(xi) manter seguros junto à companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, em valores e contra riscos usualmente segurados por empresas que atuam no mesmo setor de atividade da Emissora;

(xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Clausula 3.4 acima, indicando as providências que julgar adequadas;

(xiii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(xiv) abster-se de celebrar quaisquer operações com companhias do mesmo grupo econômico (e fazer com que suas subsidiárias abstenham-se) exceto se tais operações forem celebradas em condições de mercado.

(xv) comunicar imediatamente à CVM, qualquer inadimplência das obrigações contraídas perante os titulares de Debêntures.

(xvi) não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente Escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada tal mora.

(xvii) manter, durante o prazo da Emissão e desde que haja Debêntures em circulação, a relação Dívida Líquida/ EBITDA, calculada semestralmente, com base nas demonstrações financeiras não consolidadas auditadas da Emissora, de, no máximo, conforme indicado abaixo:

Período	31/12/02	30/06/03	31/12/03	30/06/04	31/12/04	30/06/05	31/12/05	30/06/06
Dívida Líquida/ EBITDA	6,5	6,0	6,0	5,5	5,5	5,0	5,0	4,5

A relação Dívida Líquida/EBITDA será apurada semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social, através de demonstrações financeiras completas, da Emissora, não consolidadas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM;

Para o cálculo da relação Dívida Líquida/EBITDA em 31 de dezembro, deve ser considerado EBITDA obtido no período de doze meses findo em 31 de dezembro; e a dívida líquida na data de 31 de dezembro.

Para o cálculo do índice e limite financeiro Dívida Líquida/EBITDA em 30 de junho, deve ser considerado EBITDA obtido no período de doze meses findo em 30 de junho; e a dívida líquida na data de 30 de junho.

onde:

EBITDA = receita líquida de vendas e/ou serviços subtraídos os custos de bens e/ou serviços vendidos, as despesas com vendas, as despesas gerais e administrativas e somados as outras receitas e despesas operacionais não financeiras e excluídos os efeitos das despesas de depreciação, exaustão e amortização.

Dívida Líquida = saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e de quaisquer títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, subtraídas disponibilidades (caixa/bancos e aplicações financeiras) e efeitos das operações de hedge cambial incluindo o valor destacado na conta margem, apresentada no ativo e no passivo do balanço patrimonial da Emissora, sem consolidação.

As rubricas utilizadas na apuração dos índices e limites financeiros deverão estar explicitadas nas demonstrações financeiras enviadas à CVM.

(xviii) enviar ao Agente Fiduciário relatório demonstrando a apuração da relação Dívida Líquida/EBITDA, nos mesmos prazos fixados para a entrega à CVM de seus demonstrativos financeiros.

Cláusula Quinta
Agente Fiduciário

5.1 Agente Fiduciário. Por esta Escritura, a Emissora constitui e nomeia agente fiduciário da Emissão, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que, por este ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora e a comunhão dos titulares das Debêntures.

5.2 Declarações do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário declara:

(i) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigos 9º e 10º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e disposições; e

(iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções previstas na lei e nesta Escritura.

(v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31/10/1993, do BACEN.

5.2.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

5.3 Remuneração. Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, os seguintes honorários:

(i) Parcelas trimestrais e consecutivas de R\$3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), pagas antecipadamente pela Emissora, sendo a primeira devida no primeiro dia útil subsequente ao da assinatura desta Escritura. O valor da última parcela, a ser pago antecipadamente, deverá ser calculado pro-rata temporis, por dias corridos, até a data em que a emissora pagar ou cancelar todas as Debêntures em circulação.

(ii) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(iii) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura e até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro rata" dia se necessário;

(iv) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas tampouco despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;

(v) Em caso de inadimplência da Emissora todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações

propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(vi) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura, sem prejuízo da atualização monetária;

(vii) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

5.4 Substituição. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a Distribuição Pública, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no parágrafo 4º do artigo 2º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis, juntamente com a Escritura. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição. As condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da Cláusula 3.16 - Publicidade e serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados pela CVM.

5.5 Deveres. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;

(viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;

(ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(x) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

(xi) comparecer à Assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações a que lhe forem solicitadas;

(xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

19

- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - c) na CVM;
 - d) nas bolsas de valores, quando for o caso; e
 - e) nas instituições financeiras que lideram a colocação das Debêntures.
- (xv) publicar, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados nos subitens do item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

(xviii) notificar os debenturistas, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, ao Banco Central do Brasil e às bolsas de valores onde a Emissora tiver seus valores admitidos à negociação.

5.6 Atribuições. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário tomada em Assembléia de debenturistas pela maioria das Debêntures em circulação; e

d) requerer a intervenção, liquidação ou falência da Emissora, nos termos da lei.

5.6.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a), (b) e (d) desta Cláusula 5.6 se a Assembléia dos debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação.

5.7 Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias proteção aos direitos dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta Cláusula compreendem, inclusive, as seguintes :

a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.7.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na

forma desta Cláusula 5.7 será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

Cláusula Sexta
Assembleia dos Debenturistas

6.1 Os titulares das Debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.2 A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

6.3 Aplicar-se-á à assembleia dos debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para assembleia geral de acionistas.

6.4 A assembleia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembleia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

6.5 Na hipótese da assembleia não ter sido convocada pelo Agente Fiduciário, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6.6 Nas deliberações da assembleia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

6.7 Toda e qualquer alteração nas características ou condições das Debêntures e da Emissão previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas; que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação.

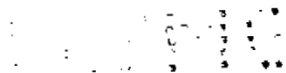
6.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato.

6.9 Para efeito da constituição do “quorum” de deliberação a que se refere esta Cláusula Sexta, serão excluídas as Debêntures pertencentes à Emissora ou qualquer de suas controladoras, controladas, subsidiárias ou coligadas, diretas e indiretas, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros

6.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Sétima
Declarações da Emissora

7.1 A Emissora neste ato declara que:



a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;

c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

d) os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora, em vigor nesta data;

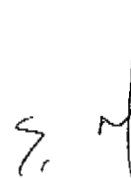
e) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da Emissora;

f) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas àquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais ou cujo descumprimento não possa vir a afetar a capacidade financeira da Emissora.

7.2 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Sétima.

7.3 Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tomarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.







Cláusula Oitava
Renúncia

8.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Nona
Foro

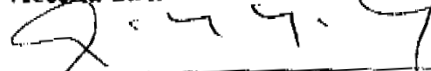
9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura."

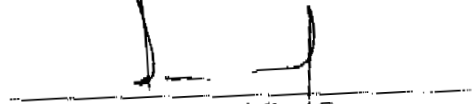
7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Este Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures da Acesita S.A. é firmada em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

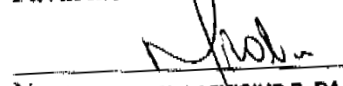
Belo Horizonte, 8 de novembro de 2002.

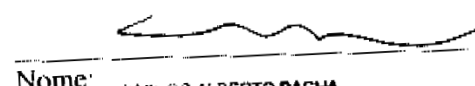
Acesita S.A.


Nome: Luiz Anibal de Lima Fernandes
Cargo: Diretor Presidente

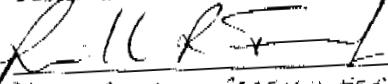

Nome: Gilberto Audelino Correa
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

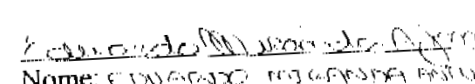
Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.


Nome: MARCUS VINICIUS B. DA ROCHA
Cargo: Gerente


Nome: CARLOS ALBERTO BACHA
Cargo: Presidente

Testemunhas


Nome: RINALDO CABELLO FERREIRA
RG: 22.3158.463-4


Nome: AUGUSTO PIMENTA DE PORTIM
RG: 12.249.617-7

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/11/2002
SOB O NÚMERO: ED000003-5/001

ACESITA S/A#

Protocolo: 028718844

AUGUSTO PIMENTA DE PORTIM
PELA SECRETARIA GERAL